

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 02/2015

Da reunião ordinária publica realizada no dia 23 de Janeiro de 2015, iniciada às 09:05 horas e concluída às 12:10 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	19
Agenda	19
Aprovação de Actas	19
Balancete	19
Despacho	19
DAG	20
DOP	22
DL	24
DGU	25
DEASS	26
DCJD	27
Intervenção do Público	28
Aprovação em minuta	30
Votação das deliberações	30
Encerramento	30
Montante Global dos Encargos	30

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

ABERTURA

ATA Nº 02/2015

Aos vinte e três dias do mês de Janeiro do ano dois mil e quinze, no Auditório Municipal, na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Nelson António Mendes da Silva, Joaquim António Matias, Jorge Manuel Torrão Nunes e José Joaquim Pinto de Almeida.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente saudou e cumprimentou os presentes, declarando aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente Carlos Martins, apresentado “**Votos de Pesar**” pelo falecimento do Senhor Joaquim Toscano, que fazia parte da Junta de Freguesia do Tortosendo; do Senhor José Miguel Ramos, que foi colaborador da Câmara Municipal da Covilhã; do Senhor Manuel Luís da Costa, antigo funcionário da ADC; do Senhor António Antunes Ferrão, que foi uma das primeiras pessoas a ter uma livraria na cidade da Covilhã; solicitando que os Votos de Pesar subscritos por todos os eleitos cheguem às respetivas famílias.

Seguidamente, apresentou as seguintes felicitações:

- À empresa Grazil, pelas bodas de prata, aos seus proprietários e funcionários;
- Ao Senhor Manuel Carrola, pela sua reeleição para Coordenador da Direção Distrital da Inter-reformados, grande ativista e dirigente sindical, do Sindicato Têxtil da Beira Baixa;
- Ao jovem atleta do Benfica, Samuel Barata, natural da Bouça, freguesia de Cortes do Meio, que no dia 11 de Janeiro, na cidade da Maia, revalidou o título nacional individual, de Campeão de Estrada em Sub-23;
- Ao jovem atleta do Sporting Clube da Covilhã, Vasco Ferreira, que foi chamado à Seleção Nacional de Sub-17, em Futebol;
- Ao Senhor Professor Dr. José Ramos Pires Manso, docente do Departamento de Gestão e Economia da UBI, que tomou posse como Membro do Conselho Geral da Ordem dos Economistas;
- Aos 15 formandos que hoje vão receber, os Certificados de Formação, na área têxtil, em curso realizado em parceria com a Modatex, o Centro de Emprego e da Empresa Paulo de Oliveira, em que alguns desses formandos vão iniciar a sua atividade profissional nesta empresa;
- À equipa da Divisão de Cultura, o Senhor Vereador Jorge Torrão, a Senhora Chefe de Divisão Dr.^a Telma Madaleno, do Dr.^o Carlos Madaleno e de todos os colaboradores que têm contribuído para a oferta cultural, que aumentou não apenas na quantidade, como na qualidade, salientando o número de visitas aos nossos Museus Municipais e às visitas guiadas pelos nossos Técnicos, um aumento de 418%, em ralação ao ano de 2013, tecendo elogios ao trabalho desenvolvido nessa área.
- Face a alguns críticos, no que diz respeito à aquisição da viatura limpa-neves, pela Associação dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, estes últimos dias vieram provaram que era um equipamento fundamental na limpeza da neve, nas estradas e nas ruas da cidade e das Freguesias, dando os parabéns aos Bombeiros Voluntário da Covilhã e ao Senhor Vereador Joaquim Matias que acompanhou os trabalhos nestes dias.
- Apresentou a sua solidariedade para com os pais e educadoras, do infantário do Tortosendo, “Capuchinho Vermelho”, porque, mais uma vez e infelizmente, a Segurança Social que privatizar estas instituições de educação e, como referiu anteriormente o Senhor Presidente da Câmara há serviços que não podem ser privatizados, solicitando ao Vereador Jorge Torrão

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

que agenda-se uma reunião, com a Comissão de Pais deste Infantário, por entender que não era no meio do ano letivo que os infantários com crianças de 2,3 e 4 anos de idade iam conhecer novas Educadoras e novas Auxiliares.

- Congratulou-se com o lançamento da 1.ª Fase das infraestruturas que são servir à atual e a futura Barragem da Covilhã, demonstrando que “nós no interior lutamos para fazer tudo o que os Covilhanenses necessitam no presente e para o futuro”.

Manifestou o seu desagrado pelo texto da autoria do Senhor Dr. Francisco Pimentel, publicado no Jornal do Fundão de 15/01/2015, afirmando que a declaração que iria fazer, era apenas dirigida ao autor do texto e nenhuma delas ao Senhor Vereador Joaquim Matias, que já me referiu desconhecer o assunto e o teor da notícia, dizendo

“Fica muito mal ao Senhor Dr. Francisco Pimental, que se diz amigo do Presidente da Câmara e faz considerações negativas sobre o trabalho que estamos a fazer no Município.

Ao ler o texto concluí que -amigo disfarçado é inimigo dobrado! E quando apontar com um dedo, lembre-se que, os outros três dedos, seus, apontam para si e está a ser ingrato com o seu amigo!-

Todos nós sabemos que quem ganhasse as eleições do dia 29 de Setembro de 2013, tinha pela frente uma missão difícil, mas quem ganhou as eleições, com a vontade popular foi o Partido Socialista e o Dr. Vítor Pereira. O que encontramos não foi um barco 5 estrelas, mas um barco sem rumo e sem motor, praticamente a afundar-se. E só tivemos uma solução: arregaçar as mangas e remar para que o barco não fosse ao fundo e para tecer o futuro. É óbvio que necessitamos da ajuda de todos os covilhanenses, de todos os Vereadores, dos funcionários da Câmara e o convite que o Senhor Presidente dirigiu aos Senhores Vereadores Joaquim Matias e José Pinto, demonstra a nossa humildade e reconhecimento de que é preciso mais Vereadores com responsabilidades e que queiram trabalhar com o Executivo. Infelizmente, o Prof. José Pinto não aceitou o convite, por razões que não interessa falar agora, mas a verdade é que a atuação do Senhor Vereador José Pinto tem vindo ao encontro das preocupações e dos problemas que encontramos.

Se houver um novo texto ou resposta, da parte do Senhor Francisco Pimental, afirmo que da minha parte não haverá mais nenhuma resposta. Eu sempre frequentei as “lojas do meu bairro” e não frequento outro tipo de lojas. As reuniões privadas do Município são privadas, mas tornam-se públicas após serem aprovada e divulgadas as atas."

“Houve uma pessoa amiga que me alertou para um texto publicado pelo Sr. Prof. Dr. Nuno Garcia, no seu Facebook, que li, e a verdade é que o Prof. Dr. Nuno Garcia, fazia uma referência aos perfis falsos do Facebook, aos cobardes, aos que se escondem atrás das árvores, as ratazanas que costumam andar junto dos esgotos, toda a gente sabe quem são e escreveram uma notícia do Senhor Vereador Joaquim Matias no Correio da Manhã, em plena campanha eleitoral. Essas pessoas deveriam vir aqui, com frontalidade e dizerem-nos na cara, o que dizem de mim e dos meus colegas. A liberdade de expressão não é o vale tudo; o terrorismo não é apenas aquilo que aconteceu em França, há vários tipos de terrorismo e vários tipos de críticas, mas tudo tem um limite.

Contudo, quero manifestar a minha solidariedade com o Prof. Dr. Nuno Garcia, porque apesar de ter feito esse texto, também já foi visado e “já levou nas orelhas!”.

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

Quando as críticas são construtivas são bem-vindas, mas eu nunca vi, em parte nenhuma do mundo, ser construído um monumento aos críticos e quero felicitar o público que aqui vem, para tratarem dos seus problemas, com frontalidade, olhos nos olhos.

Não é o Vice-Presidente que faz as ordens de trabalho, eu ajudo o Senhor Presidente, tal como os outros Vereadores e quero afirmar que estou mais forte do que nunca.”

Solicitou à Senhora Dr.^a Graça Robbins que comunicasse aos Senhores Advogados que representam o Município, que façam chegar um relatório de todos os processos em seu poder e o ponto de situação dos mesmos, até ao final do mês de Fevereiro, para posterior conhecimento aos Senhores Vereadores.

O Senhor Presidente felicitou o Senhor Vereador Pedro Farromba pelo facto do ter sido reeleito para Presidente da Federação de Desportos de Inverno, desejando-lhe um bom mandato e muitas felicidades, o que foi corroborado pelo Senhor Vice-Presidente Carlos Martins.

O Senhor Vereador Pedro Farromba agradeceu as felicitações e a presença do Senhor Vereador Jorge Torrão na sua tomada de posse.

Fez reconhecimento ao Senhor Presidente, relativamente à sua presença numa reunião onde se abordou a problemática das estradas da Serra da Estrela, problema que temos há anos e da solução a que chegaram, para tentar minimizar o problema.

Fez ainda referência ao acidente ocorrido, na Estrada Nacional 18, no cruzamento do Parque Industrial do Canhoso, onde já houve muitos acidentes, alguns com bastante gravidade e “acho que deveríamos tomar uma posição, enquanto Câmara, junto das Estradas de Portugal, para se tentar resolver o problema ali existente, com a colocação de bandas sonoras ou a com construção de uma rotunda, solicito ao Senhor Presidente que faça um texto para se dirigir às Estradas de Portugal, no sentido de tentarmos encontrar uma solução.”

O Senhor Vereador José Pinto relativamente à intervenção do público disse que “a vida das pessoas faz-se destas pequenas situações e apelo para que a Câmara tenha o cuidado de resolver os problemas que estas têm por resolver.”

De seguida, congratulou-se com a reeleição do Senhor Manuel Carrola, para a Coordenador da Direção Distrital da Inter-reformados, “é um antifascista, é um homem que, já antes do 25 de Abril, lutou bastante para que os profissionais dos têxteis tivessem condições dignas de trabalho e continua, ainda hoje, a ser um ativista sindical e um dos Dirigentes da União dos Sindicatos do Distrito de Castelo Branco, para além de ser dirigente do C.C.D. do Rodrigo.”

Solidarizou-se com os pais e encarregados de educação, educadores, crianças e restantes funcionários, do Jardim de Infância “Capuchinho Vermelho”. Referiu ainda que: “tal como vimos nos Jardins de Infância do Teixoso e da Bolinha de Neve, receio que o mesmo venha a acontecer ao infantário do Tortosendo. Houve a tentativa de desmobilização dos funcionários destes dois Jardins de Infância e o que verificamos é que eles estão naquele grupo de 700 funcionários, que, a curto prazo, irão para o desemprego.

Chamou à coação, relativamente à “vontade política deste Governo em alargar as delegações de competências nos Municípios, no que diz respeito à saúde, à Educação e à Segurança Social. Caso a Associação Nacional de Municípios e as Autarquias concordem com a sua vontade política, a municipalização da educação está sobre a mesa e o Governo já teve uma posição a este propósito, definiu um conjunto de linhas orientadoras, para que essas

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

delegações de competência, ao nível da educação, da saúde e da Segurança Social, passem para as Autarquias. Estamos perante um problema gravíssimo, porque para além das questões de ordem pedagógica, haverá sempre os custos que as famílias vão ter que suportar. O que aqui está em causa é a Escola Pública e por outro lado é o desemprego, sendo também um presente envenenado para as Autarquias. Recordo o que se passa nos Jardins de Infância, sempre que um Auxiliar de Ação Educativa se reforma, quem tem de colocar um novo funcionário é a Câmara, gastando verbas que a autarquia tem destinadas para outros fins. O mesmo acontece com os transportes públicos e com as Juntas de Freguesias. Gostaria de ver por parte da Câmara, uma posição clara a esse propósito e saber se é intenção da maioria do Executivo, em assumir este tipo de compromisso.”

De seguida, realçou as qualidades de trabalho realizado no Conservatório de Música da Covilhã, que tem um Curriculum enorme e prestigiante, dando algumas notas sobre a situação de financiamento do Ensino Artístico Especializado:

“No ensino artístico especializado da música em todo o território nacional continental estão matriculados cerca de 28000 alunos em 102 escolas do ensino particular e cooperativo, e cerca de 4000 em 6 escolas públicas (2 em Lisboa, e 1 em Coimbra, Aveiro, Braga e Porto).

Esta é a primeira desigualdade: apenas os alunos dos grandes centros do litoral a norte do Tejo (Lisboa, Coimbra, Aveiro, Braga e Porto) têm direito a um ensino artístico público. Todas a restante população escolar não tem acesso ao ensino artístico público, tendo obrigatoriamente que recorrer ao ensino particular e cooperativo para poder preencher a parte artística da sua formação escolar.

Estas 102 escolas do ensino particular e cooperativo são por norma associações locais, ou estão ligadas a instituições como câmaras, misericórdias, etc., o que faz com que o tecido de escolas seja muito desigual, e com que a abordagem de organização administrativa seja também muito díspar.

Até 2008, todas as escolas do ensino particular e cooperativo recebiam uma comparticipação por aluno, para além de ser permitido cobrarem propinas que completassem os custos da escola. A cobrança de propinas era uma necessidade, já que só a comparticipação do Ministério da Educação não era suficiente para o funcionamento global das escolas. havia no entanto, duas consequências graves: 1 - os alunos do interior pagavam propinas para aprender música, em contraste com os dos Conservatórios públicos, completamente gratuitos; 2 - a cobrança de propinas era desigual no campo das escolas do particular e cooperativo, havendo muitas que se aproveitavam dessa possibilidade para ir muito além daquilo que era necessário para o funcionamento da escola (exemplo de algumas misericórdias).

Em 2008, o sistema foi revisto, e o financiamento do Ministério da Educação passou a ser integral para os alunos do ensino articulado (em articulação com a escola de origem, e cujas disciplinas do Conservatório integram ao currículo escolar do aluno, aparecendo inclusivamente na pauta da escola do ensino regular. Ou seja: a Formação Musical, o Instrumento e a Classe de Conjunto estão em igualdade curricular com a Matemática ou A Educação Física. Só os alunos que estão sincronizados entre os anos de escolaridade do Conservatório e da Escola de Ensino Regular podem estar no ensino articulado). A partir daí, as escolas ficaram impedidas (e bem) de cobrar propinas aos alunos do ensino articulado. Para compensar, a comparticipação dos alunos em ensino supletivo (ensino livre, formação voluntária, sem relação com a escola de ensino regular, e portanto sem obrigatoriedade de sincronização com qualquer escola do ensino regular) reduziu substancialmente, o que implicou uma subida de propinas neste ensino, com a consequente redução para valores

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

próximos de zero nas taxas de frequência desta modalidade. Isto é muito injusto, já que não permite que alunos em situação de desincronização com a escola do ensino regular, ou mesmo jovens-adultos ou adultos, possam realizar a sua formação artística. A não ser que sejam ricos, claro...

Os problemas começaram a aparecer em 2011. Em 2011, o Ministério da Educação viu uma oportunidade de se livrar dos custos do ensino artístico. Como 75 das 102 escolas artísticas do ensino particular e cooperativo se situam em zonas (NUTS) economicamente deprimida ou em convergência, o Ministério da Educação conseguiu “encaixar” o financiamento do ensino artístico especializado no QREN-POPH. Desde então, a vida destes Conservatórios, dos seus professores e funcionários tem sido um caos, devido às seguintes razões:

- a análise dos planos de financiamento trimestrais, respectiva aprovação e datas de materialização de financiamentos demora, normalmente, cerca de 4 meses. Depois de o dinheiro ser aprovado, frequentemente tem erros e valores em falta, o que implica o envio de pedidos de alteração ou de correcção, o que leva muitas vezes a atrasos suplementares de 2 meses. Estes atrasos, em instituições que normalmente constituem associações sem quaisquer outros apoios, sem fundos de maneio e sem qualquer capacidade de financiamento próprio levam a que, desde 2011, o cenário de vários salários em atraso seja comum, pondo em causa mesmo a existência das escolas;
- os valores de financiamento do POPH são manifestamente inferiores aos valores que o Ministério da Educação atribui às escolas que não estão em regiões pobres. Ou seja: as escolas das regiões pobres recebem menos por aluno do que as das regiões ricas. Por exemplo, ao fim de um ano lectivo, um Conservatório médio que funcione no interior do país recebe menos cerca de 500 000 euros do que se funcionasse em Cascais, Lisboa ou Almada. Isto é de uma desigualdade gritante;
- o POPH financia horas de formação, principalmente formação profissional. Ora, o ensino articulado não é formação profissional: trata-se de um ensino em que as disciplinas do Conservatório fazem parte do curriculum dos alunos, que está obrigado a cumprir o calendário escolar do Ministério da Educação, em que os professores têm contratos colectivos de trabalho, em que se pagam 14 meses e onde é obrigatório cumprir uma série de regulamentações pedagógicas e laborais obrigatórias. No entanto, o plano de financiamento do POPH paga apenas horas de formação, o que significa que não tem em conta questões como calendário escolar, subsídios de férias e natal, feriados, direito a falta por doença, direito a falta por greve, direito a faltas por campanha eleitoral, etc. etc. etc. O POPH paga 36 semanas de formação e exige que, no final, tenham sido dadas 36 semanas de formação. Ponto final. É necessário implementar horas de apoio? O POPH não paga. É preciso realizar qualquer acção pedagógica no interesse dos alunos que saia da carga de formação total? O POPH não paga. Subsídios de férias e natal? O POPH não paga. Há um feriado? O POPH obriga a repôr as aulas. Há uma greve? Não há direito a ela: as aulas têm que ser dadas e os livros de ponto assinados. Não há quaisquer direitos: o único direito é obrigação, na perspectiva do POPH é dar 36 semanas de formação. Basta haver uma hora em falta por parte de um professor, e a escola já recebe o financiamento global;
- isto mostra ainda uma outra questão - toda esta forma de financiamento do ensino artístico especializado roça a ilegalidade: é desigual e penaliza as regiões mais pobres. Para além disso, o governo engana Bruxelas, já que diz que está a financiar formação, e na realidade está a financiar o ensino articulado, ou seja uma parte do currículo do ensino público universal a que os alunos têm direito. Quando Bruxelas descobrir este truque, não sei se não irá obrigar Portugal a devolver o dinheiro todo...

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

Há ainda alguns problemas suplementares, causados pelo sistema de financiamento ensino particular e cooperativo:

- até ao ano passado não houve qualquer critério na atribuição de vagas financiadas aos Conservatórios. Ou seja, em algumas escolas havia crescimentos anuais de 100, 200 e 300% no número de alunos financiados e noutras crescimentos pequenos ou estagnação. A partir do ano passado, as coisas pioraram: independentemente de quem tinha abusado do crescimento no passado, todas as escolas POPH ficaram limitadas a abrir vagas para ensino articulado financiado apenas no número de alunos que havia saído do sistema. Por exemplo, se uma escola fez um bom trabalho e não houve nenhuma desistência, só saíram do sistema os alunos que terminaram o ciclo de estudos. Nesse caso, a escola só poderá abrir esse número de vagas (numa escola do interior, falamos de 9 a 10 vagas, por exemplo). Ora, este número reduzido de vagas anuais leva à certeza de que, mais ano menos ano, os Conservatórios sejam insustentáveis, porque não podem funcionar abaixo de um certo limiar de massa crítica de alunos (por razões pedagógicas, artísticas e financeiras).
- não existe qualquer rede pedagógica ou escolar prevista. Há pequenas vilas no norte (antiga DREN) a que é permitido ter escolas com milhares de alunos, e cidades capitais de distrito onde apenas se permite a abertura de 10 ou 20 vagas cada ano. Não existe qualquer relação das vagas permitidas com a população da região onde a escola se insere, ou com a população escolar existente. As desigualdades, neste domínio, são gritantes, nomeadamente entre a região norte e o resto do país;

Todos estes factores contribuem para o facto de que professores e funcionários estejam constantemente a ser sujeitos à humilhação de terem salários em atraso. Neste momento, por causa da mudança de Quadro Comunitário de Apoio, só em Outubro foram enviadas as candidaturas de financiamento, o que significa que só em Dezembro será recebido o primeiro adiantamento (antes da aprovação final), que dará no máximo para pagar os salários do mês de Setembro. Para além disso, por incrível que pareça, os Conservatórios só receberão dinheiro do POPH se apresentarem facturas e recibos comprovando que tudo foi pago até à data! Ou seja: as escolas não têm dinheiro para pagar coisa nenhuma, e no entanto, para receber, têm que apresentar provas de que já pagaram!

Neste momento, todos os Conservatórios do ensino particular e cooperativo com financiamento POPH estão condenados a não pagar qualquer salário até Dezembro, e manter vários meses de salários em atraso após essa data.

Este ano lectivo, o Conservatório de Portalegre já fechou portas, o da Figueira da Foz encerrou o ensino articulado pelo menos até Dezembro e muitos outros equacionam fechar as portas dentro em breve, caso não encontrem fontes de financiamento alternativas que permitam aguentar o barco até meados de Janeiro.

Ou seja: muitos Conservatórios vão acabar por fechar, para além daqueles que, neste ano lectivo já fecharam portas.

O ensino artístico especializado nas zonas economicamente deprimidas (fora de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve) está em perigo de, pura e simplesmente, acabar.”

Referiu ainda que “a CDU afirma que qualquer processo de transferência de responsabilidades do Governo para o poder local, por se tratar de uma reconfiguração do sistema educativo, deve ser objeto de debate público e de negociação, com as organizações representativas, desta comunidade educativa e tornar claro e frontal: A rejeição de salários; Concurso e contratação de docentes; Carreira; Avaliação de desempenho; Organização de

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

horários; Ação disciplinar; Seleção dos órgãos de gestão escolas/agrupamentos; Decisões pedagógicas e organização curricular.

Não façam parte das competências e responsabilidades a transferir para a esfera das Autarquias.

Recusem qualquer processo, que significa retirar o poder de gestão aos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas.

Apelo ao poder local, ao concelho da Covilhã, para que recusem participar neste processo, que tem como grande objetivo permitir ao Governo diminuir responsabilidades que institucionalmente lhe cabem.”

Relativamente ao concurso publicado em Diário da República, para prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos, nas zonas norte e sul do concelho disse que sabiam que isto **era** “uma prática do anterior executivo, mas eu pensava que o PS, como um dos responsáveis por este serviço, tivesse o cuidado de inverter este processo, pois o que li no concurso, o valor base de procedimentos são de 750 mil euros. Gostaria que a ADC deixasse de ter este tipo de procedimentos, no que diz respeito à recolha dos resíduos sólidos e urbanos, nestas zonas sul e norte do concelho.”

O Senhor Presidente tomou de novo a palavra felicitando o Senhor Vereador Nelson Silva, pela sua eleição para o cargo de Vice-Presidente das Mutualistas Portuguesas, um cargo importante, no âmbito das IPSS, desejando-lhe as maiores felicidades, no desempenho de tão importante cargo.

Esclareceu ainda que, “os jornalistas que recebem tanta informação podem ter alguma dificuldade em filtrar as informações, e houve um equívoco, relativamente ao lançamento do Concurso Internacional do Projeto da 2.^a Fase da Barragem, e o que vamos lançar durante o mês de Fevereiro, é o Concurso Internacional do Projeto, nós não vamos lançar o Concurso Internacional da Obra.”

Informou sobre “uma reunião realizada com os Agrupamentos de Escolas, IPSS, Associações vocacionadas para a Formação Profissional, Grupos de Ação Local, Associação de Desenvolvimento Local, a UBI, a Associação Empresarial da Covilhã, as Associações, em geral etc., uma série de parceiros e entidades do concelho da Covilhã que têm uma palavra a dizer quanto ao futuro e, neste caso concreto, sobre uma Parceria Informal, um DLDC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária, que tem agora uma componente urbana, que anteriormente, era apenas de âmbito rural.

Essa parceria formal que visa concorrer à pré-qualificação das entidades que irão liderar os novos DLDC Urbanos, em que a Covilhã vai concorrer.

É uma iniciativa que visa envolver os parceiros no desenvolvimento local do nosso concelho, especialmente para a zona urbana. Inclui já diversas entidades, dos mais variados setores esperando que as duas instituições de Desenvolvimento Local, quer a RUDE, quer a ADERES, deem o seu contributo, porque também integraram esta parceria, bem como as Juntas de Freguesia do concelho.

Fiquei feliz, por sentar pela 1.^a vez na mesma mesa, este conjunto de entidades, de uma forma informal, tal como a própria parceria, onde todos puderam intervir e dar as suas sugestões e verifiquei qua há concertação de vontades, no sentido de construirmos uma estratégia, para o trabalho e desenvolvimento da Covilhã. Foi escolhido, por todos os presentes, com apenas uma abstenção, a Associação Empresarial de Covilhã, Belmonte e Penamacor, como a

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

entidade representante e gestora desta parceria e é a ela que caberá conduzir as diligências indispensáveis à instrução e apresentação desta candidatura e numa fase posterior, à gestão da equipa técnica, que irá analisar os projetos que irão ser financiados.

Este DLDC Urbano dirige-se essencialmente à inclusão social, o combate à pobreza e a promoção do empreendedorismo social.”

O Senhor Vereador Nelson Silva desejou a todos, um Bom Ano de 2015 e informou que a sua ausência nas reuniões no mês de Dezembro, se deveram a motivos profissionais.

Felicitou o Senhor Vereador Joaquim Matias, pelas suas novas funções a tempo inteiro e pelos pelouros que lhe estão conferidos.

Por último, subscreveu os Votos de Pesar apresentados e felicitou o Senhor Vereador Pedro Farromba, pela sua reeleição, como Presidente, na Federação Portuguesa de Desportos de Inverno.

O Senhor Vereador Joaquim Matias iniciou a sua intervenção, desejando votos de Bom Ano de 2015.

Relativamente ao comentário que fez o Senhor Vice-Presidente, sobre uma carta aberta, de um artigo de opinião, do Jornal do Fundão, disse que “o convite que o Senhor Presidente me endereçou e me foi formulado, foi muito amadurecido e debatido. Tenho uma ideia do que pretendo realizar para a Covilhã e Covilhanenses, mas não deixei de ouvir quem entendo e quem deveria ser ouvido. Não deixei de ouvir um conjunto de pessoas e personalidades, individualmente, consideradas no concelho da Covilhã. Confesso que, de todas as pessoas que ouvi, da estrutura do meu Partido, que foi aprovada por unanimidade, sobre este acordo, não tive nenhuma pessoa que me dissesse: - Não aceites!

Eu assumi um compromisso para com o concelho da Covilhã, quando aceitei ser candidato à Câmara da Covilhã.

Eu aprendi com Sá Carneiro, que “*acima dos partidos, estão as pessoas.*” E aprendi com um covilhanense, chamado Pedro Roseta, “*que fazer política, é resolver os problemas das pessoas,*” este é um pensamento que proliferou na OCDE, quando ele lá esteve, bem como, proliferou pelo país e ilhas. Mas, porque eu entendo que, acima dos partidos, estão de facto as pessoas, as minhas preocupações é resolver os seus problemas e por imperativo da minha consciência, aceitei este convite.

Sei e sabia que iria ser “crucificado” na blogosfera, mas como não sou daqueles que me escondo atrás do anonimato, também não leio a blogosfera e até já proibi pessoas de me trazerem notícias da blogosfera. Já no passado assim aconteceu e agora acontece no presente, não faço parte desse Clube, não pago quotas de coisas que não conheço, não dou credibilidade a pessoas que não têm rosto e por isso não ligo à blogosfera.

Estou aqui, e digo-o publicamente, por imperativo da minha consciência e quero ser leal para com o povo da Covilhã, mas também para com o Senhor Presidente da Câmara, que me formulou esse convite.

Leal desde o primeiro dia, até ao último dia e também referi, que o facto de ter sido convidado, para Vereador em Regime de Permanência, e o facto de eu ter um vínculo a um partido, não me inibe, no lugar próprio, discutir as matérias, discordar delas, quando tiver que discordar e votar nelas, quando tiver que votar.

Tudo o que for em benefício do concelho da Covilhã e das pessoas do concelho da Covilhã estarei sempre ao lado dessa vontade. Sempre que haja alguma coisa que não venha ao encontro dessas pessoas e do concelho, não estarei de acordo e terei oportunidade de o

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

manifestar. Este foi um princípio que acordámos, mas porque acredito também, que o diálogo nos leva à resolução dos problemas, quando o diálogo é saudável, é franco e sem hipocrisia, chegamos lá!

Não estou preocupado com a avaliação que parece que alguém pretende fazer ao meu desempenho. Fui avaliado no meu percurso, enquanto aluno, enquanto professor e enquanto autarca, porque fui eleito para a Câmara Municipal da Covilhã, no quinto mandato, o que quer significar que as pessoas avaliaram o meu trabalho.

O Senhor Presidente entendeu atribuir-me o pelouro do Urbanismo, da Segurança e da Proteção Civil e reconheço que, o pelouro do Urbanismo não é um qualquer pelouro e não é um pelouro fácil.

Mas, permita-me que publicamente reconheça que tenho hoje, no Departamento de Urbanismo, pessoas que me garantem a mim, enquanto pessoa que tenho que decidir os processos, alguma tranquilidade e muita eficiência.

Falo especificamente do Urbanismo, porque não tenho o pelouro da fiscalização, mas a Senhora Chefe de Divisão da Fiscalização tem tido para comigo uma postura e uma colaboração muito saudável.

O Senhor Arquitecto Guerra Tavares, Coordenador do Urbanismo e da Fiscalização, é uma pessoa com grande competência, assim como a Senhora Chefe de Divisão, Eng.^a Isabel Matias. Tendo eu estas duas pessoas a trabalhar comigo, constatei que estão ali, bem como os técnicos e os funcionários, para contribuir para o sucesso e para a alavancagem financeira do Município, acredito que poderemos desempenhar um bom papel, que é a resolução dos problemas das pessoas e dos processos que lá se encontram.

Nos primeiros dois dias de despachos, saíram 400 processos do Urbanismo.

Mas, fiquei muito assustado e preocupado, e peço-lhe desculpa por ainda não lhe ter dito pessoalmente e em primeira mão, e faço-o publicamente, esperando que não fique aborrecido comigo por divulgar o que vou divulgar hoje, quando constatei que encontrei processos diversos em arquivo de 2003 a 2013, num total 1.153 processos, na Fiscalização, devidamente informados, para decisão. Estão no arquivo sem decisão, o que quer significar, Senhor Presidente, que por um lado pode haver alguma desculpa pelo facto de termos apenas três brigadas fiscais, por isso solicitava-lhe o favor de poderem reforçar as equipas de fiscalização, necessitamos de gente no terreno para darmos andamento aos processos, isto porque, nos primeiros dois dias de despachos, injetei mais de 70 processos, para fiscalização, através do Urbanismo. O que quer significar que temos que fazer algum reforço de fiscais, para podermos dar andamento a tudo isto, porque tenho aqui os dados, por Freguesias, dos processos que estão parados e informados, e a especificidade de cada um deles. Significa que temos aqui muita gente que habitam em casas, sem a respetiva licença de habitabilidade, o que quer significar que não pagaram taxas, que não pagam IMI e tudo isto é penalizador para o Município.

Esta é uma preocupação, é uma realidade constatada e se alguém quiser fazer a avaliação do meu trabalho, já pode começar por aqui.

Sobre esta matéria ainda vamos ter tempo para analisar estas questões, e permita-se Senhor Presidente, naquilo que é a abordagem do Urbanismo e da Gestão Urbanística, informo que solicitei ao Senhor Coordenador, Arq. Guerra Tavares e à Senhora Eng.^a Isabel Matias, que pudessemos criar no *site* da Câmara Municipal da Covilhã, uma Bolsa de Projetistas e uma Bolsa de Empreiteiros, uma vez que os serviços são abordados pelos utentes para os aconselharem sobre os projetistas. Os serviços não têm que direccionar, para este ou para aquele projetista. O que nós temos que fazer é direccioná-los para o *site* da Câmara onde

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

existirá uma Bolsa de Projetistas, uma Bolsa de Empreiteiros, que podem consultar e fazerem a opção que entenderem por bem fazer.

Assim, o Sr. Coordenador Arq. Guerra Tavares e a Sr.^a Chefe de Divisão, Eng.^a Isabel Matias, já fizeram uma proposta de Regulamento, para o acesso à Bolsa de Projetistas e Empreiteiros, que após os contributos dos Senhores Vereadores, será enriquecido o documento, para que quando vier à reunião de Câmara, haja uma unanimidade entre todos, no documento que é muito importante, para o Município e para os cidadãos. Poderá ser alargado com a criação de uma Bolsa de Empresários do concelho da Covilhã e da região.

A intenção de quem está no Urbanismo é a de se promover uma reunião, neste Auditório Municipal, com todos os projetistas, com empresários e com os empreiteiros, não só porque alterou a Lei e é importante para nós que vamos trabalhar alguns documentos, que os Senhores Empreiteiros e os Senhores Projetistas terem a devida nota dos procedimentos que queremos implementar no Urbanismo, para que as pessoas não digam que “tenho lá um projeto há 10 anos!”

Instituímos já o princípio de não recebermos projetistas sem requerentes e não receber requerentes, sem os projetistas, ou seja, termos sempre perante os Técnicos, o projetista e o requerente, para que o requerente saiba o que foi transmitido ao projetista e para que o projetista saiba o que transmitimos ao requerente; existe montado “um negócio” em torno dos projetos, de alguns projetistas e que por vezes deixam uma imagem do Município, que não é a verdadeira imagem que o Município tem e deve ter. Temos que fazer uma “limpeza” saudável, a procedimentos que estão a acontecer e com os quais não me sinto confortável, pelo que devem ser adotados procedimentos saudáveis para o Departamento.

Já solicitei ao Senhor Presidente a autorização de 7 ou 8 pessoas irem a uma formação, a Coimbra, no dia 6 de Fevereiro, que é importante, para que se adaptem à nova legislação que é fundamentalíssima para o serviço.

Informou ainda que estão a preparar uns documentos para reunir com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, para que nos ajudem a fazer um levantamento exaustivo e pormenorizado dos imóveis degradados e devolutos, nas suas Freguesias, bem como o levantamento dos prédios rústicos que tenham habitações próximas e que não estejam limpos, porque na sequência de uma deliberação de Câmara, que depois foi ratificada pela Assembleia Municipal, vai ser constituído um grupo de trabalho, que será deliberado na próxima reunião do dia 6, por causa da majoração do IMI, neste tipo de imóveis degradados e devolutos, bem como dos rústicos.

Deixo uma nota positiva pelo trabalho exaustivo e pormenorizado feito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, nesse âmbito.”

Subscreveu os Votos de Pesar, assim como as felicitações, os elogios, e felicitou o Senhor Vereador Pedro Farromba pela sua reeleição para a Federação de Desportos de Inverno, bem como o Senhor Vereador Nelson Silva pela eleição para a Vice-presidência das Mutualistas Portuguesas, que vêm ajudar as nossas instituições e a nossa região.

Referiu ainda, relativamente à viatura limpa neves, “que gostaria que ficasse esclarecido que a aquisição de duas viaturas limpa-neves, uma ligeira e pesada foi um processo que herdámos da Câmara anterior. Os Bombeiros Voluntários da Covilhã nunca pensaram em comprar viaturas limpa neves, pois não é essa a missão dos Bombeiros Voluntários fazer a limpeza da neve. Mas, tendo em conta a pretensão da anterior Câmara, que não permitiu que o processo

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

andasse devidamente, pois se tal não acontecesse já teríamos as duas viaturas disponíveis e já tinham servido as populações.

A viatura limpa-neves pesada vai ser entregue no final de Fevereiro e a viatura ligeira já fez muito trabalho, acompanhada pela Proteção Civil, quando, nos dias de neve, limpou o Bairro da Biquinha, onde não havia transportes, onde se fechou uma Escola do 1.º Ciclo; efetuou limpeza na Carreira de Tiro; fez a acessibilidade a Verdelhos e Sarzedo; consegui desencravar pessoas que estavam no Parque de Campismo do Peão, que não podiam sair, se não fosse feita a limpeza que se fez.

Mas, não estando os Bombeiros Voluntários vocacionados para isto, alertava a Senhora Dr.ª Graça Robbins, para a necessidade de agilizarmos o processo do Protocolo da viatura limpa neves, mas não sendo uma vocação dos Bombeiros Voluntários, ainda bem que temos estas viaturas à nossa disposição, porque como foi referido pelo Senhores Presidentes da Câmara, da Câmara de Seia, da Federação de Desportos de Inverno e pelo responsável da Turistrela, infelizmente, quando neva no maciço central e na cidade, a primeira notícia que aparece é o nevão e que as estradas estão cortadas. Os Bombeiros querem contribuir para que essa segunda notícia, não saia, e fiquei a saber que há um conjunto de famílias portuguesas, cerca de 350 mil, que praticam ski, mas só 3% destas famílias, fazem ski na Serra da Estrela. As receitas que deveriam ficar aqui vão para Espanha e outros locais onde se pratica ski.

Se, eventualmente, houver necessidade, a Direção dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, pode equacionar a possibilidade de protocolar com o Instituto de Estradas de Portugal a nossa colaboração com a viatura pesada para limpeza de neve em alguns locais, para complementar aquilo que é o serviço, quanto a mim, mal programado do Centro de Limpeza de Neve e, eventualmente, a gestão do Centro de Limpeza de Neve que não pode passar para uma Associação de Bombeiros, por uma Câmara Municipal, é que eles têm 3 milhões de orçamento, para 3 a 4 meses por ano, se fosse da nossa responsabilidade era feita um gestão melhor e mais eficiente.

Deixar essa nota da disponibilidade, para se poder equacionar tudo isto, para que este “gigante adormecido” comece a acordar rapidamente.”

Mais adiante, o Senhor Vereador Joaquim Matias informou que estavam a preparar documentação para reunirem com os Senhores Presidentes de Junta no sentido de os ajudarem a fazerem um levantamento exaustivo e pormenorizado dos imóveis degradados e devolutos das suas freguesias, bem como o levantamento dos prédios rústicos, com habitações próximas, que não se encontrem devidamente desmatados, que tem a ver, essencialmente, com a majoração do IMI, realçando o trabalho já realizado pelo Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Vila do Carvalho e Cantar Galo.

O Senhor Vereador Jorge Torrão começo por agradecer as palavras do Senhor Vereador Joaquim Matias, “estamos aqui para trabalhar, não sendo necessário enaltecer esse trabalho que dedicamos com todo o carinho e profissionalismo ao Município e aos cidadãos da Covilhã.

Realizou-se uma reunião que teve como objeto a área social, onde recebi a Associação Mutualista Covilhanense que, no âmbito do Programa de Emergência Social, me deu conta do que foi desenvolvido por esta instituição durante o ano de 2014.

O Programa de Emergência Social foi protocolado entre a Câmara Municipal da Covilhã e a Associação Mutualista Covilhanense e tenho que congratular a ação desta Associação que veio dar-nos conta do que foi a sua calendarização, a sua programação, os pontos fortes e os

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

negativos a apontar ao programa. Quero agradecer à Associação Mutualista Covilhanense pelo trabalho desenvolvido durante o ano de 2014 e o documento que me foi apresentado de forma clara e esclarecedora, que acho que é assim que se devem fomentar as relações entre os diversos intervenientes do Associativismo, seja de que índole for, com a relação institucional, com a Câmara Municipal da Covilhã.

Apurei junto do Senhor Vice-Presidente das Associações Mutualistas Portuguesas, Dr. Nelson Silva, que vai realizar-se no dia 04 de Março, na Covilhã, a primeira Reunião do Conselho de Administração das Mutualistas Portuguesas, será um grande momento para a cidade da Covilhã à qual a Câmara Municipal da Covilhã não se poderá alhear.

Dizer que temos esta operacionalidade dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e quando se reúnem boas ideias e ideias estratégicas num sentido comum, numa cidade como a Covilhã, que necessita, efetivamente que haja estes compromissos políticos, estes compromissos associativos, institucionais, mais ou menos formais, mas com um compromisso de uma cidade pujante, como é a do concelho da Covilhã.

Uma Covilhã com uma política diferente, uma política de abertura, uma política de humildade, uma política de compromisso. É uma Covilhã com políticos diferentes, com políticos de compromisso, com um sentido do momento em que vivemos e com uma visão que, de facto, estamos a governar a cidade da Covilhã.

Sobre a Federação de Desportos de Inverno, estive presente naquela sessão, da tomada de posse do Dr. Pedro Farromba, como Presidente, foi uma sessão de bom nível, a nível nacional e até internacional, com a presença do Senhor Secretário de Estado Emídio Guerreiro, na assinatura da sua posse, dei-lhe os parabéns e me coloquei à sua disposição para o que a Câmara puder ajudar, pois termos na cidade instalada uma Federação, é motivo de orgulho e de grande responsabilidade.

Congratular-me por ter chegado ao fim o programa do “Ski for Wall”, um programa que tem condições para se ampliar, em contexto nacional. É um programa que tem a supervisão da Federação Internacional e é uma abertura para termos uma estratégia de levarmos todos os desportos de montanha, designadamente os desportos ligados à neve, abriremos o máximo da sua divulgação junto dos jovens do nosso concelho. A Câmara Municipal da Covilhã está sensibilizada para que aconteça um Plano coerente e façamos uma expansão da prática desportiva de inverno, para as crianças das nossas Escolas do 1.º ciclo.

A Associação Cultural da Beira Interior, através do seu programa musical Zéthoven, foi um programa supervisionado e apoiado e premiado pela Fundação Gulbenkian.

A Filarmónica Paulense levou a cabo no passado dia 18 uma ação de formação com o tema: “A Identidade Musical dos Jovens ligados às Bandas Filarmónicas”, realçando a importância e a sensibilidade que a Câmara Municipal da Covilhã tem para com as Bandas Filarmónicas do nosso concelho; todas elas têm um histórico, cultural e musical sendo um fator decisivo daquelas comunidades e das nossas Freguesias.”

A este propósito, o Senhor Vice-Presidente informou que a Banda Filarmónica do Paul vai festejar no próximo mês de Abril 200 anos e estrear o novo fardamento oferecido pela empresa Paulo de Oliveira.

O Senhor Presidente respondeu às questões colocadas pelos Senhores Vereadores, afirmando: “- Quanto ao acidente ocorrido no cruzamento do Canhoso, estamos em conversações com a Estradas de Portugal, no sentido da requalificação do troço compreendido entre a Senhora do Carmo e o Souto Alto. Os serviços da Câmara já têm inclusive um Projeto das Estradas de

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

Portugal, relativamente a este troço, que são 13 Km e sugeri que era importante que, onde existem semáforos, designadamente no cruzamento da Senhora do Carmo, no cruzamento do Teixoso e os dois cruzamentos do Canhoso, fossem colocadas rotundas em vez dos semáforos. Por outro lado, sobre o cruzamento que dá acesso ao Parque Industrial do Canhoso, se procedesse, inclusive ao desbaste daquela lombada, para dar visibilidade, porque as viaturas vem “embaladas”, do lado de lá, chegam ali e encaram de repente com os semáforos. Estamos a acompanhar esse processo, questão que nos levou também à reunião feita na Serra, no Centro Limpeza de Neve e continuarei a insistir sobre esta questão.

Quanto à reunião havida com o Centro de Limpeza de Neve, onde fiz também uma viagem desde o Centro de Limpeza de Neve e a Lagoa Comprida, onde pude constatar que a estrada estava fechada, mas podia não estar, ou seja, a GNR está preparada e articulada com o Centro de Limpeza de Neve e, quando a GNR constata que existem condições para a circulação dos veículos, para aceder ao maciço central, utilizando as correntes de neve, as estradas devem estar abertas, o que não se verificou. Isto é incompreensível. É verdade que a estrada deve ser encerrada à noite, com estas condições climatéricas ou quando houver ventos superiores a 80 Km/hora, mas fora disso devem estar abertas.

A gestão do pessoal do Centro de Limpeza da Neve não é feita corretamente, uma vez que, necessitando da abertura e manutenção da estrada, em condições de circulação, constatei que os funcionários almoçam todos ao mesmo tempo e não em rotatividade, e só começam a limpar a estrada às 10 H da manhã daí, as estradas estarem a maior parte das vezes fechadas. Isto é irracional do ponto de vista de gestão. Sendo a neve um dos principais atrativos turísticos, havendo tantas famílias a praticar desportos de inverno, significa que algo vai mal! Isto tem que ter outro tipo de gestão e de recursos, reforçando-se com pessoal e meios técnicos.

Se houver mais limpas neves, menos sal se utiliza na estrada, porque o sal também é danoso para o ambiente, facto que gostava que as Associações Ambientalistas deveriam contestar.

Sobre o infantário “Capuchinho Vermelho”, trata-se da problemática da transferência de competências para o Município, informação que me foi dada pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, da Segurança Social e da Saúde, onde manifestei de imediato, a minha indignação. Não basta a transferência de competências para os Municípios, é necessário termos pessoal qualificado, dirigentes qualificados, para ombrear com estas responsabilidades. Não posso aceitar estas transferências, sem ter as condições necessárias para isso.

No domínio da saúde é ainda mais grave, pois temos um dos melhores Serviços de Saúde do país, é o terceiro ou quarto melhor do mundo, e o Governo pretende privatiza-los. A ideia é muito simples, transferem para a Câmara as responsabilidades, pois sabem que as Câmaras não têm competências para o fazer e assim provam a necessidade da sua privatização. Portanto, a Câmara é redondamente contra estas transferências, tanto na área da educação como na da saúde.

Quanto ao Conservatório Regional de Música, recebi o Senhor Presidente da Direção, que nos transmitiu as preocupações existentes e que são da responsabilidade da Administração Central, pois fez um Protocolo celebrado com o Conservatório, para transferir uma determinada verba para pagamentos de pessoal, para pagamentos de impostos e que, desde o mês de Agosto que não é pago. A Câmara vai tentar ajudar dentro do possível, apesar de não ser da sua competência.”

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

O Senhor Vereador José Pinto “congratulou o trabalho desenvolvido pelo Senhor Vereador Joaquim Matias, no Urbanismo.

Questionou sobre a situação do Silo Auto, pretendendo saber o ponto de situação do mesmo. Solicitou ainda os termos do Protocolo celebrado com a Associação da Beira Interior, que ficou de os disponibilizar aos Vereadores e ainda não os temos.”

O Senhor Vice-Presidente Carlos Martins disse ser oportuno tomar uma posição sobre a problemática da saúde, face a ser falado que é intenção do Governo transferir para a Santa Casa da Misericórdia do Fundão a responsabilidade e a gestão do Hospital do Fundão “isto é altamente preocupante, principalmente para a população, mas também para o Centro Hospitalar da Cova da Beira, porque se assim for vem esvaziar a estratégia que o CHCV tem para o futuro. Penso que, e não tenho nada contra o Fundão ou a Santa Casa, mas a verdade é que é mais uma privatização. Se estivéssemos todos de acordo, devemos tomar uma posição de que o Município da Covilhã é manifestamente contra a entrega do Hospital do Fundão à Santa Casa da Misericórdia do Fundão.”

Quanto às questões levantadas sobre a ADC, disse ter evitado pronunciar-se, nas reuniões de Câmara, sobre essas questões.

Que era consabido como foi celebrado o contrato entre o Município e uma empresa do Grupo Somague e que, atualmente, já não são proprietários, mas uma empresa Japonesa e a “verdade é que, infelizmente, e já se passaram 12 meses, não tem sido fáceis as negociações, e dou o exemplo, até as atas das reuniões do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais não estavam elaboradas. Certamente que todos nós queremos terminar o nosso mandato para cumprir com uma promessa que foi feita por todos nós, que foi reduzir o preço da fatura da água e estamos a trabalhar nesse sentido.

A verdade é que a Câmara tomou a decisão da nomeação do Conselho de Administração, todo do Município, e como todos nós sabemos é preciso ter coragem para se tomarem este tipo de decisões, porque foi para salvaguardar os interesses dos Covilhanenses, mas posso dizer aqui que algumas das decisões que temos tomado em prol dos Covilhanenses e do concelho poderão vir a ser a ser questionadas por parte dos privados.”

Felicitou o trabalho dos seus colegas do Conselho de Administração da ADC, Dr. João Marques e Eng. José Oliveira, referindo que também ele estava mais presente, pois, “temos de estar mais unidos, mais concertados, porque a verdade é uma luta que temos aí pela frente, não apenas com esta problemática com os privados da ADC, mas também da ADS.”

Quanto ao concurso internacional para a recolha dos resíduos sólidos na zona norte do concelho, esclareceu que tinham de o fazer, uma vez que não existiam meios, nomeadamente de equipamento, para que se prestasse esse serviço às populações; que era a favor da municipalização de todos os serviços na área do ambiente e já deram alguns passos nesse sentido, designadamente para serviços de jardinagem e limpeza que estavam a ser realizados por empresas em regime de “*outsourcing*” e algumas delas fora concelho, tendo conseguido com um trabalho bem elaborado pelo Conselho de Administração, minimizar os seus custos, abdicando das mesmas, criando emprego local, permitindo que novos Covilhanenses trabalhassem na ADC; que, infelizmente, ainda não era o momento de fazerem a recolha dos resíduos sólidos em todo o concelho, face ao contencioso com os privados, esperando que seja resolvido, além de não terem verbas para pagar aos privados para nos entregarem o que era nosso, não podendo esquecer o contrato celebrado, razão pela qual, na última reunião tivemos

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

de abdicar de um terreno municipal para que a ADC assumisse o compromisso assumido pela Câmara anterior, relativamente à Resistrela.

Concluiu, afirmando que o trabalho que está a ser realizado na ADC “é sério, honesto, com rigor e a bem dos Covilhanenses e esperemos que as negociações com os privados nos permitam que o acordo parassocial seja revisto a nosso favor uma vez que somos maioritários nesta empresa”.

O Senhor Vereador Pedro Farromba quanto á questão da decisão do Governo transferir para a Santa Casa da Misericórdia do Fundão a responsabilidade e a gestão do Hospital do Fundão disse tratar-se, quanto a ele “de uma decisão estratégica, de retirar competências ao CHCV, do esvaziar de peso institucional, de determinadas especialidades, de maior corpo médico e enfermagem, de funcionalidades no sentido de, eventualmente, no futuro, poder haver outras decisões que prejudiquem a Covilhã e os Covilhanenses.

Nós já tivemos esta conversa e sei que os Senhores Presidentes de Câmara da Covilhã e Fundão já estão a trabalhar nesse sentido e quero deixar aqui, como já o fiz publicamente, a minha total disponibilidade para o que for preciso para que isto não aconteça. Não é tanto a questão da privatização, mas é a questão do esvaziamento de funções, de poderes, de representatividade e de peso institucional que o CHCV vai ter, se isto acontecer, em detrimento, eventualmente de outros cujas decisões futuras, Deus queira que não tenhamos razão nas suspeitas que todos temos, mas se efetivamente isso acontecer, cheira a que há realmente uma estratégia de longo prazo. Acho que a posição de força da Câmara da Covilhã e Fundão e, de Belmonte tem de ser de unanimidade no repúdio por esta decisão.”

O Senhor Vereador José Pinto disse congratular-se com o referido pelo Senhor Vice-Presidente Carlos Martins relativamente à da ADC, embora continuasse a “pensar que o esforço e a dedicação, sei que tenha sido a melhor mas, se nós temos uma Administração a tempo inteiro e na totalidade do Município, acho que se devia ser mais incisivo naquilo que é o parecer e a forma de pensar em relação a toda esta problemática que nós temos com as questões da água ou doação de imóveis de propriedade do Município.”

A este propósito, lembrou também o que foi a forma e a atuação da anterior Câmara, com o contrato de concessão dos transportes públicos urbanos, feito de forma “blindado”, deixando a Câmara sem capacidade de impedir o aumento dos transportes, quando na realidade, a nível do País, alguns dos transportes estavam a diminuir, redução do custo do crude, o que era penalizador para a população em geral e o Município. Lembrando que, os Vereadores que votaram contra a proposta poderiam ser penalizados financeiramente e individualmente, caso a empresa provasse e justificasse prejuízos advindos do não aumento do tarifário, considerando como “um crime aquilo que se fez ao concelho nestes últimos anos. Solicitou ainda, esclarecimentos sobre a situação do silo-auto.”

O Senhor Vice-Presidente Carlos Martins disse estar de acordo no que diz respeito ao contrato de concessão dos transportes públicos urbanos do concelho da Covilhã, realçando um outro problema por resolver, que tinha a ver com um contrato de uns circuitos de transportes realizado, tendo, posteriormente, sido recusado o visto do contrato pelo Tribunal de Contas, situação que teriam de resolver.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, dizendo que a questão da ADC era um processo muito complicado e bastante complexo, informando que da última reunião realizada, na sua

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

presença e Advogado da Câmara “para nos complicarem a vida estavam seis advogados a representar o Grupo Marubeni, mais um batalhão de assessores para dirimir argumentos sobre esta questão, mas não é isso que nos vai impedir de resolver o assunto. Portanto, está a ver que há muita areia na engrenagem para a resolução deste problema, isto para dizer que estamos a trabalhar com afinco nesta resolução mas, temos é que ter noção de que temos de ir por fases, não pode ser só de uma vez e não é possível, nem estratégica, nem pragmaticamente se deve resolver o assunto todo de uma só vez. Mas lhe garanto que, na próxima semana, a primeira fase fica encerrada e a segunda vai ser muito mais dura e aí, não vamos eternizar as negociações, ou sim ou sopas. Não é fácil remendar, aliás, não foi por acaso que durante quatro anos não se resolveu nada, ou seja, tudo aquilo que era essencial implementar em termos de contrato programa, de concretizar o negócio, nada foi resolvido, inclusivamente, nem sequer chegavam a acordo quanto ao conteúdo das atas, o que era um absurdo, e altamente preocupante, bem como, a questão do silo-auto com a Parc-C, já o tenho dito em privado, mas hoje vou dizê-lo em público, a minha perplexidade, veja-se que se contratavam os melhores escritórios de Advogados do nosso país para se discutirem tostões e às vezes para perseguir pessoas e para se tratar de assuntos de milhões, sem demérito nenhum para o Advogado em questão, foi-lhe confiado este processo, que é um distinto e um bom Advogado mas que não é desta área, é um homem do direito administrativo. Mais, porque é que se contratou um Tribunal Arbitral? Já não se confia nos Tribunais Judiciais? Sem demérito nenhum para os três catedráticos de direito que o compõem.

Para rematar a explicação, dizer que não é fácil pelo seguinte: recorde que no último mês do mandato anterior o meu antecessor trouxe à reunião uma proposta de acordo que tinha gizado com a parte contrária, cujo valor global ascendia a 13 milhões de euros. Portanto, que legitimidade tem alguém de criticar quem quer que seja na condução de um processo nesta magnitude que propõe um acordo de 13 milhões e se o tivéssemos votado na altura era isso que a Câmara assumia. O problema é este, a fasquia foi colocada tal alta, que eu pergunto como é que agora se consegue negociar? É um problema.

Temos uma situação muito mais grave do que essas todas e que há de ser tornada pública dentro de poucos dias e, tem a ver com as águas e aqui falamos de várias de dezenas para não falar de centenas de milhões.

Há outra questão que não posso deixar passar em claro. Esta informação aqui prestada hoje pelo Senhor Vereador Joaquim Matias é altamente preocupante, porque denota uma gestão danosa, uma falta absoluta de transparência e diria até, isto é um autêntico crime político. Alguém que durante dois mandatos e meio, neste caso concreto, dez anos, não resolve 1153 processos e que os mete na gaveta, como é que deve chamar a isto? Como qualificamos este comportamento político? Mais, como é que alguém se pode auto glorificar na praça pública, fazendo alarde de grandes capacidades gestionárias e depois tem como medalha para por ao peito 1153 processos a marinar durante tantos anos. Por que razão estes processos ficaram a marinar estes anos? É esta a interrogação que deixo.“

Concluiu, felicitando o trabalho desenvolvido pelo Senhor Vereador Joaquim Matias, por ter a preocupação e estar empenhado na resolução dos assuntos.

III - PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

Não houve alterações na agenda.

2. APROVAÇÃO DE ACTAS

Presente a Ata n.º 25, de 05/12/2014 – Ordinária, a Ata n.º 26 de 12/12/2014 - Extraordinária e a Ata n.º 27 de 19/12/2014 - Ordinária.

A Câmara deliberou aprovar as Ata n.º 25, de 05/12/2014 - Ordinária, Ata n.º 26 de 12/12/2014 - Extraordinária e Ata n.º 27 de 19/12/2014 - Ordinária.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à acta, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 2.052.136,63 € (dois milhões mil, cinquenta e dois mil e cento e trinta e seis euros e sessenta e três cêntimos).

. Documentos: 3.099,20 € (três mil, noventa e nove euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 1.272.041,02 € (um milhão, duzentos e setenta e dois mil, quarenta e um mil e dois cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 780.095,61 € (setecentos e oitenta mil, noventa e cinco euros e sessenta e um cêntimos).

4. DESPACHOS

Não existem documentos agendados neste ponto.

5. DEPARTAMENTOS

5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Aumento temporário de fundos disponíveis

Presentes propostas do Serviço de Contabilidade para autorização municipal de aumento temporário de fundos disponíveis, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, em conjugação com o n.º 1 e n.º 2 do artigo. 6.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, de harmonia com as justificações insertas nas referidas propostas, documentos apensos à ata.

O Senhor Vereador José Pinto disse ter estado a avaliar e comparar o quadro com o do ano anterior, no que respeita aos protocolos e encontrou erros em termos de valores, provavelmente com origem no valor do protocolo com a freguesia da Aldeia de S. Francisco de Assis e que gostava de perceber da razão dos valores repetidos do ano transato para este ano, questionando se não foram pagos ou executados.

Chamou ainda a atenção para os erros no quadro que diz respeito às delegações de competências na sua totalidade, uma vez que continuavam a existir os mesmos erros para os quais já tinha chamado a atenção no ano anterior, dando vários exemplos, solicitando que de uma vez por todas fossem corrigidos os valores e fossem rigorosos, independentemente de os valores terem de ser alterados.

Por outro lado, continuava a ver “freguesias com valores enormes, possivelmente alguns deles que se justificam e continuava a não encontrar justificação em termos de parcerias para o efeito que se destinam”, questionando se qualquer outra freguesia visse a apresentar um pedido de financiamento para projetos de âmbito social se a Câmara estaria disponível para os contemplar.

Disse ainda, existirem freguesias com enormes problemas sociais e que, caso haja o compromisso de a Câmara contemplar outros projetos votaria a favor, votando contra se assim não acontecesse.

Concluiu, dizendo da necessidade de clarificação dos protocolos nas suas determinadas áreas.

Pelas 11:55, o Senhor Vereador Pedro Farromba ausentou-se da reunião.

O Senhor Presidente referiu que a situação referida tinha a ver essencialmente com a qualidade dos projetos apresentados e a sua abrangência, sendo recetivos aos mesmos e, posteriormente, caso a caso deliberados.

De seguida, deu o uso da palavra ao Senhor Dr. Júlio Costa, esclarecendo que o que estava aqui em causa não era a celebração de qualquer novo protocolo, mas sim os protocolos já assumidos pela Câmara e em alguns casos, porque pressupõe delegações de competências assumidas pela Assembleia Municipal e que são para ser executados durante o ano de 2015 em períodos posteriores, compreendidos entre janeiro e março, razão pela qual a Divisão de Finanças decidiu propor ao órgão Executivo a antecipação de fundos, uma vez que a execução desses projetos vai para além do mês de março de 2015 e porque os fundos disponíveis são calculados nas receitas de três meses e por conseguinte é esse o motivo da apresentação da proposta, reafectando também, em alguns casos, as verbas não gastas.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba, deliberou aprovar as propostas apresentadas autorizando o aumento temporário dos fundos disponíveis, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Foi feita declaração de voto pelo Senhor Vereador José Pinto que se transcreve:

“ A minha declaração de voto é no sentido de que, de uma vez por todas, sejam corrigidos os valores dos mapas referentes às delegações de competências, caso contrário votará futuramente contra.”

b) Cessão da posição contratual – Quiosque o Verdinho

Presente pedido da empresa Marques & Ascensão, Lda., por carta de 05/12/2014, solicitando autorização para a cessão da posição contratual que detém no contrato do Quiosque “O Verdinho” e Esplanada – Praça do Município, a favor da empresa Bárbara Daniela Batista Pereira, documento apenso à Ata.

O Senhor Vereador Joaquim Matias alertou para o facto de a Câmara ter a preocupação para avaliarem o cumprimento da alínea b) e b)1 do contrato, por entender ser importante a fim de evitarem que, por vezes, o estabelecimento não esteja encerrado.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba, deliberou autorizar a cessão da posição contratual do contrato do Quiosque “O Verdinho” e Esplanada – Praça do Município, detida por Marques & Ascensão, Lda., a favor de Bárbara Daniela Batista Pereira.

5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Receções definitivas

- Obra de Construção de um muro em betão – Vila do Carvalho

A coberto da informação n.º 9, de 08/01/2015, da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de receção definitiva da obra de construção de um muro em betão – Vila do Carvalho.

- Recuperação/conservação da Travessa do Castelo, Covilhã

A coberto da informação n.º 6, de 08/01/2015, da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de receção definitiva da obra de recuperação/conservação da Travessa do Castelo, Covilhã.

- Conservação do Jardim de Infância de Cantar Galo

A coberto da informação n.º 8, de 08/01/2015, da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de receção definitiva da obra de conservação do Jardim de Infância de Cantar Galo.

- Trabalhos na cobertura metálica da Biblioteca Municipal

A coberto da informação n.º 7, de 08/01/2015, da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de receção definitiva da obra de trabalhos na cobertura metálica da Biblioteca Municipal.

b) Prorrogação de prazo

- Construção do Elevador do Jardim Público

Presente informação n.º 646, datada de 17/12/2014, da Divisão de Obras, relativa à empreitada de construção do Elevador do Jardim Público, adjudicado à empresa Liftech, S.A, propondo a suspensão de parte dos trabalhos por 51 dias, entre os meses de Outubro e Novembro, por motivo de falta de condições de segurança devido a más condições climatéricas, e, conseqüentemente, a prorrogação do prazo de execução da obra.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que ia votar a favor, no entanto, entendia que era importante que se informasse a opinião pública de algum teor da informação sobre o assunto, uma vez que era pertinente.

O Senhor Presidente deu o uso da palavra ao Senhor Eng. Jorge Vieira, esclarecendo que a obra nunca esteve parada e que tal situação teve a ver, essencialmente, devidos às condições climatéricas, tendo que se reajustar os prazos.

Disse ainda, que de tal situação não existiam quaisquer custos associados.

Caso fosse entendimento da Câmara, procederia à elaboração de uma nota prévia para a comunicação social sobre a situação da obra em causa.

O Senhor Vereador José Pinto disse ir votar favoravelmente, referindo que “é pena é que a obra não esteja já concluída”.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba, deliberou homologar o auto de suspensão de parte dos trabalhos da obra de construção do Elevador do Jardim Público, por 51 dias, no período compreendido entre os meses de outubro e novembro, e autorizar a conseqüente prorrogação do prazo de execução da obra.

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

Não existem documentos agendados neste ponto.

5.4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

a) Liberação de caucões

- Processo n.º 261

Presente informação da Divisão de Gestão Urbanística, com data de 22/12/2014, respeitante ao pedido de extinção da caução das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará de loteamento n.º 5/99, formulado por Mateus & Silva, Lda., propondo, face à receção definitiva total das obras de urbanização, a extinção caução prestada sob a forma de garantia bancária n.º 0808.000048.788.0019, da Caixa Geral de Depósitos, atualmente no valor de 4.814,88 € e que seja reduzida a caução prestada sob a forma de garantia bancária n.º 962300488001487, do Banco Santander Totta, ficando o remanescente, no valor de 3.551,96 € retido até à receção definitiva total das infraestruturas das águas pluviais.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e tendo por base a informação técnica dos serviços, deliberou nos termos artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, a extinção da caução prestada sob a forma de garantia bancária n.º 0808.000048.788.0019, da Caixa Geral de Depósitos, atualmente no valor de 4.814,88 €; e

Reduzir a caução prestada sob a forma de garantia bancária n.º 962300488001487, do Banco Santander Totta, ficando o remanescente, no valor de 3.551,96 € retido até à receção definitiva total das infraestruturas das águas pluviais.

- Processo n.º 393

Presente informação da Divisão de Gestão Urbanística, com data de 12/01/2015, respeitante ao pedido de extinção da caução das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará de loteamento n.º 2/08, de 19/10/2008, formulado por Marques & Saraiva – Construção Civil, Lda., propondo, face à receção definitiva parcial das obras de urbanização, a extinção caução prestada sob a forma de garantia bancária n.º 00352517000645293, da Caixa Geral de Depósitos, atualmente no valor de 295.198,00 €, ficando o remanescente, no valor de 32.799,80 € retido até à receção definitiva total das obras.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e tendo por base a informação técnica, deliberou nos termos art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, a extinção caução prestada sob a forma de garantia bancária n.º 00352517000645293, da Caixa Geral de Depósitos, atualmente no valor de 295.198,00 €, ficando o remanescente, no valor de 32.799,80 € retido até à receção definitiva total das obras.

5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Programa RTP contra a Pobreza Infantil “Toca a Todos” – apoio

Presente informação n.º 65/2014, do Senhor Vereador Jorge Torrão, datada de 4/12/2014, que no âmbito do programa da RTP contra a Pobreza Infantil “Toca a Todos”, que teve como objetivo a angariação de fundos para a Luta Contra a Pobreza Infantil, através da Cáritas Portugal, propõe a atribuição de um apoio monetário, no valor de 100,00 €, documento apenso à ata.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba, deliberou atribuir um apoio monetário, no valor de 100,00 €, no âmbito do programa da RTP contra a Pobreza Infantil “Toca a Todos”, que teve como objetivo a angariação de fundos para a Luta Contra a Pobreza Infantil, através da Cáritas Portugal, autorizando a respetiva despesa.

b) Cartão Social Municipal – Autorização de despesas com transporte – 1.º Trimestre

Presente a proposta n.º 106/2015, datada de 12/01/2015, do Senhor Vereador Jorge Torrão no sentido de ser autorizada a despesa no montante de 12.450,00 €, que corresponde ao reembolso parcial dos bilhetes adquiridos a bordo dos transportes públicos pelos utentes das freguesias rurais, no âmbito do Cartão Social Municipal, respeitante ao primeiro trimestre de 2015, documento apensa à Ata.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba, deliberou, no âmbito do Cartão Social Municipal, autorizar a despesa estimada de 12.450,00 € correspondente ao reembolso parcial dos bilhetes adquiridos a bordo dos transportes públicos pelos utentes das freguesias rurais, no âmbito do Cartão Social Municipal, respeitante ao primeiro trimestre de 2015.

5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

a) **Homologação da Ata do Prémio Literário António Alçada Baptista – Cidade da Covilhã**

Presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, datada de 16/01/2015, que no âmbito do concurso “Prémio Literário António Alçada Baptista – Cidade da Covilhã, propondo a homologação da Ata do Júri do Concurso, na qual atribuem como vencedora à obra “*GAMA – O Herói Imperfeito*”, e atribuir uma Menção Honrosa à obra “*Dois descarrilamentos e um olho de vidro*”, documento apenso à Ata.

O Senhor Presidente informou que iriam ter um momento alto, a entrega do prémio no próximo dia 29 de outubro, pelas 18 horas, convidando toda a população e comunicação social. Tratava-se um prémio atribuído no âmbito da homenagem que queriam fazer “à obra e vida de um grande Covilhanense, escritor Alçada Batista.

O Senhor Vereador José Pinto interveio para elogiar o trabalho realizado pelo júri e resultados obtidos.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba, deliberou homologar a Ata do Prémio Literário António Alçada Baptista – Cidade da Covilhã, atribuindo o primeiro prémio à obra “*GAMA – O Herói Imperfeito*”, e atribuir uma Menção Honrosa à obra “*Dois descarrilamentos e um olho de vidro*”, autorizando a respetiva despesa.

I - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **José Correia Ramos** questionou sobre um projeto que foi assinado pela Câmara, que está a ser construída junto da casa do seu cunhado, o qual não tem caminhos de acesso e que continuavam a construir até ao telhado, apesar de o Tribunal não tivesse dado razão a essa Senhora que está a fazer a construção; já tinha solicitado à Senhora Eng.^a Isabel Matias para mandar parar a obra, mas nunca me pediu qualquer justificação adicional que tenho comigo, por exemplo do Tribunal, apesar de eu já os ter entregado e por isso estamos a ser lesados, porque não resolvem o problema.

O Senhor Presidente solicitou que no final da reunião acompanhasse o Senhor Vereador Joaquim Matias e o Senhor Arquiteto Tavares, que irão analisar e tratar do assunto.

- **Maria da Conceição Olívio** veio reclamar um acidente que ocorreu na via pública, no Pelourinho, onde caiu sobre um vidro partido na paragem do autocarro, que não tinha qualquer sinalização; a Senhora rachou o pulso e partiu os óculos, e apenas reclamei o que gastei com os medicamentos, um valor de 46,25 €.

O Senhor Presidente lamentou o acidente que teve e solicitou à Senhora Dr.^a Graça que no final da reunião analisasse a situação com a Senhora.

- **Carlos Barroca**, veio de novo tentar saber, para quando a resolução do problema em sua casa, que até há data ainda não foi resolvido, que tem as paredes negras e corre água pelas paredes; pediu ao Senhor Presidente que o acompanhasse a sua casa para verificar a situação.

O Senhor Presidente solicitou, novamente, que o Senhor Eng.^o Jorge Vieira fosse ao local e resolvesse a situação.

O Senhor Engenheiro Jorge Viera explicou, a pedido do Senhor Presidente, que o que falta reparar na sua casa é a pintura na casa de banho, onde aparece humidade e a reparação do estuque que for arrancado devido a um armário; o empreiteiro anda a resolver problemas existentes nas casas contíguas e quando terminar essas reparações, iniciará as da sua casa, tendo que aguardar.

- **José Prior** apresentou reclamação sobre um caminho da Estrada do Sineiro, que está muito degradado, e em caso de necessidade, nem os taxistas lá vão, porque não tem condições de acessibilidades, existem lá pedras enormes, com 20 centímetros de altura, que danificam as viaturas e não permite o acesso às habitações, apesar de serem só 300 metros de estrada.

O Senhor Presidente lamentou o facto e solicitou ao Senhor Eng.^o Jorge Vieira para se dirigir ao local e depois lhe fazer chegar um relatório para a resolução do assunto.

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

- **Armando Lourenço** veio referir que no final da Ponte da Carpinteira, existe um “caminho de cabras”, quase é intransitável que deveria ser arranjado e sem luz; por outro lado, foi alargada a curva por baixo da ponte, mas o piso antigo está muito danificado e o piso que alargaram está em melhores condições, o que leva aos condutores que ali passam, entrarem fora de mão, por terem um piso melhor, mas que provoca muitos acidentes de viação; falou ainda, sobre o preço da água, referiu que relativamente à faturação, são penalizados os que menos consomem, situação que acha injusta e que deveria ser revista;

O Senhor Presidente respondeu ter tomado boa nota das questões que apresentou, solicitando ao Senhor Eng.º Jorge Vieira que verifique a situação, para posterior resolução; sobre a questão da água disse, que é uma questão que está a ser resolvida, tentando chegar a um acordo com a empresa parceira da ADC.

- **Ermelinda Sousa** questionou o porquê de ainda não ter sido recebida pelo Senhor Presidente, como lhe foi prometido na última vez que esteve numa reunião pública, relativamente à sua habitação, no Bairro da Biquinha, questões que permanecem iguais, sem que se veja solução para resolver os problemas do condomínio, designadamente as questões de limpeza do prédio, de barulhos constantes, etc..

O Senhor Presidente respondeu-lhe que a irá receber para falarmos do assunto em causa, mas que esta situação, que se tem vindo a arrastar é uma questão de vizinhança, que é tratado em Tribunal e não pelo Município da Covilhã.

ATA DA REUNIÃO DE 23/01/2015

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 12:30 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 12.550,00 € (doze mil, quinhentos e cinquenta euros)

O Presidente, _____

A Diretora do Departamento de Administração Geral _____